

O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PESSOA SURDA

THE INTERPRETER OF LIBRAS IN THE TRAINING AND CONSTRUCTION OF DEAF PEOPLE

Agnaldo Gondim de Freitas ¹
Francisco de Acací Viana Neto ²

RESUMO

A profissão de intérprete de Libras surgiu, assim como nos outros países, inicialmente através das práticas voluntárias e seu avanço se deu significativamente com a aprovação da Lei nº 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Este artigo mostra-se como um dos poucos trabalhos na área, tendo em vista a jovialidade da referida profissão. Dessa forma, apresenta como problemática entender qual realmente é o papel do intérprete de Libras dentro da relação intérprete/pessoa surda, investigando a relação do intérprete de Libras na formação e construção dessa pessoa, com isso, se mostra significativo, pois identifica a relação desse profissional na formação do sujeito surdo em situações de comunicação e também discute a importância do intérprete para atender às especificidades educacionais do sujeito surdo ou na formação desse sujeito. Os autores principais que embasaram esta pesquisa foram: Leite (2004), Strobel (2009; 2016) e algumas Leis brasileiras pertinentes ao tema como se pode conferir nas referências. A pesquisa em questão é de natureza qualitativa e tem, quanto aos seus objetivos, o caráter exploratório; foi realizada com alguns intérpretes e alunos surdos de algumas regiões e Estados do Brasil, principalmente do Rio Grande do Norte. Serão entrevistados seis intérpretes e seis alunos e ex-alunos de algumas escolas, Universidades e outras repartições públicas do Brasil. Foram necessários dez meses para a conclusão da pesquisa. A coleta de dados se deu através de entrevistas escritas e sinalizadas de forma qualitativa e o que se espera obter dessa investigação, são os resultados que mostram de fato a contribuição dos intérpretes na formação do sujeito surdo e em que nível se apresenta essa contribuição.

Palavras-chave: intérprete de Libras; Libras; sujeito surdo; formação.

ABSTRACT

The profession of Libras interpreter emerged, as in other countries, initially through voluntary practices and its advancement occurred significantly with the approval of Law No. 10,436/02, which recognizes Brazilian Sign Language as the official language of Brazilian deaf

¹ Graduando do Curso de Letras/Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), E-mail agnaldo.freitas@alunos.ufersa.edu.br;

² Docente do curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: acaci@ufersa.edu.br.

communities. This article appears to be one of the few works in the area, given the youthfulness of this profession. In this way, it presents as a problem understanding what the role of the Libras interpreter really is within the interpreter/deaf person relationship, investigating the relationship of the Libras interpreter in the formation and construction of this person, therefore, it proves to be significant, as it identifies the relationship of this professional in the training of the deaf subject in communication situations and also discusses the importance of the interpreter to meet the educational specificities of the deaf subject or in the training of this subject. The main authors who supported this research were: Leite (2004), Strobel (2009; 2016) and some Brazilian laws relevant to the topic, as can be seen in the references. The research in question is qualitative in nature and has, in terms of its objectives, an exploratory nature; was carried out with some interpreters and deaf students from some regions and states of Brazil, mainly from Rio Grande do Norte. Six interpreters and six students and former students from some schools, universities and other public departments in Brazil will be interviewed. It took ten months to complete the research. Data collection took place through written and qualitatively signed interviews and what is expected to be obtained from this investigation are the results that actually show the contribution of interpreters in the formation of the deaf subject and at what level this contribution is presented.

Keywords: Libras interpreter; Libras; deaf subject; training.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, é notório o avanço da Língua Brasileira de Sinais – Libras – como própria do sujeito surdo e seu uso vem se multiplicando, tanto pela aprovação de novas Leis, que estimulam e facilitam o seu acesso, como também, pelo surgimento de novos cursos básicos, médios e superiores de Libras que se espalham pelo Brasil e como consequência dessa nova realidade, os intérpretes de Libras, também ganham destaque tendo em vista sua demanda aumentar e sua presença ser mais constante, seja em sala de aula ou mesmo em uma janela de Libras na televisão, vídeos na internet ou em outros meios visuais de comunicação. Tendo em vista todo esse avanço e mudanças na realidade da língua de sinais no Brasil, este artigo apresenta sua problemática com a intenção de entender qual realmente é o papel do intérprete de Libras dentro da relação intérprete/pessoa surda, e, portanto, aqui investigaremos a relação do intérprete de Libras na formação e construção dessa pessoa. Ainda identificaremos a relação desse profissional na formação do sujeito surdo em situações de comunicação e também discutiremos a importância do intérprete para atender às especificidades educacionais do sujeito surdo ou na formação desse sujeito.

Contudo o que nos motivou para o tema proposto nesta pesquisa, foi a experiência que tivemos em sala de aula trabalhando como intérprete de Libras e ajudando um aluno surdo em especial na sua vida pessoal e principalmente observando o desenvolvimento deste aluno e ainda observando a interação de outros intérpretes com as pessoas surdas, especialmente no

nível superior, quando fomos trabalhar neste meio também como intérprete de Libras e percebemos que o trabalho do intérprete vai além do simples ato de interpretar. O nosso maior desafio sem dúvidas foi investigar, através de entrevistas feitas a outros colegas de profissão, para sabermos se de fato, na opinião deles, os intérpretes de alguma maneira, contribuem e de que forma na construção do sujeito surdo como pessoa.

Abordaremos o tema desta pesquisa com base nos seguintes principais autores: Leite (2004), Strobel (2009; 2016) e algumas Leis brasileiras pertinentes ao tema. A pesquisa em questão é de natureza qualitativa e tem, quanto aos seus objetivos, o caráter exploratório; foi realizada com alguns intérpretes e alunos surdos de algumas regiões e Estados do Brasil, principalmente do Rio Grande do Norte. Serão entrevistados seis intérpretes e seis alunos e ex-alunos de algumas escolas, Universidades e outras repartições públicas do Brasil. Foram necessários dez meses para a conclusão da pesquisa. A coleta de dados se deu através de entrevistas escritas e sinalizadas de forma qualitativa e o que se espera obter dessa investigação, são os resultados que mostram de fato a contribuição dos intérpretes na formação do sujeito surdo e em que nível se apresenta essa contribuição.

Começaremos apresentando um breve histórico da Libras, surgimento e atuação dos intérpretes como parte desse processo histórico; falaremos a seguir sobre a formação do sujeito surdo e a importância do intérprete de libras como formador desse sujeito e concluiremos a pesquisa trazendo os seus resultados e para entendermos melhor como se deu esse avanço até aqui, e como abordaremos essa problemática, se faz necessário um breve relato histórico.

As duas histórias, a dos surdos e a da Língua Brasileira de Sinais – Libras se misturam, não podendo ser separadas por conveniência, mas obrigatoriamente contadas para um melhor entendimento e esclarecimento dos seus significados e das suas importâncias dentro da construção da identidade surda brasileira. Até o século XV, a ideia, que se tinha sobre surdez de uma forma geral, era que quem a possuísse era considerado incapaz de receber educação, considerados assim “ineducáveis”; no século seguinte, a Europa, berço da civilização moderna, começa abandonar antigos conceitos sobre vários temas e especialmente, aqui, sobre a surdez, com isso teve início a luta pela educação dos surdos, na qual um surdo francês de nome Eduard Huet, foi um dos grandes nomes especialmente para os brasileiros, pois em 1857, este veio ao Brasil a pedido de D. Pedro II e juntos fundaram a primeira escola para surdos do país, que na época se chamava Imperial Instituto de Surdos Mudos, vindo em seguida a mudar de nome para Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Ainda sobre o INES, a Libras tem sua história contada e misturada a da fundação desta importante escola, pois com a vinda do seu fundador, que era francês, para o Brasil, começa a

ser criada a Língua Brasileira de Sinais, uma mistura da Língua Francesa de Sinais com sinais já conhecidos e utilizados pelos surdos brasileiros. A língua de sinais no mundo foi se fortalecendo, dissipando e tendo visibilidade até que, em 1880, sofreu uma grande derrota, pois no Congresso de Milão foi proibido o uso das línguas de sinais em todo o mundo e substituídas pelo oralismo e pela leitura labial.

Superados os desafios do passado, com muita luta e persistência, a Libras retorna ao cenário brasileiro de forma tímida e só em 1993 com a elaboração de um Projeto de Lei que reconhecia a Libras como língua nacional, ela volta a conquistar e alcançar mais pessoas surdas e ouvintes, principalmente depois da aprovação e sanção desse Projeto em 2002.

Diante dessa nova realidade da homologação da Lei federal Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras, tal Lei representa um passo fundamental no processo também de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal.

O trabalho de intérpretes de Libras no Brasil não começou diferente do mundo, a princípio era um trabalho voluntário e que envolvia muitas instituições religiosas que tinham interesse em catequizar ou discipular os surdos e atraí-los para o seu meio. A partir da aprovação das novas Leis, de reconhecimento da Libras como uma língua nacional, os intérpretes começam a se organizarem e sua importância na vida das pessoas surdas é cada vez mais reconhecida. Por causa dessa dependência diária de intérprete por parte da pessoa surda, já que o surdo vive em um mundo de ouvintes, onde a maioria não sabe Libras, diante da aquisição tardia da Libras por parte da maioria dos surdos e ainda pela necessidade do intérprete na educação escolar do surdo, é que este (o intérprete), ganha um papel de destaque na sua formação intelectual e pessoal, muitas vezes sendo o principal responsável pelo contato primário do surdo a temas mais complexos, abstratos e subjetivos da existência humana.

Dessa forma, o papel do intérprete ganha força dentro da Libras e se faz necessário entender melhor essa relação (intérprete/surdo), tendo em vista a realidade do próprio sujeito surdo, sua maneira especial de vida e suas características próprias, que o define como tal. Dentro dessa abordagem, devemos considerar alguns fatores como: apropriação tardia da Libras, o sujeito surdo na sua maioria aprende Libras depois da infância e depois do contato em maior parte com falantes ouvintes da Língua Portuguesa; a convivência desde o seu nascimento e as referências até então, estão dentro da realidade social dos ouvintes, salvo poucas exceções; estas parecem não apenas terem a interpretação como uma ferramenta de acesso ao que está sendo

dito, mas o intérprete nesse caso, ganha um papel maior e de maior destaque na própria formação do sujeito como pessoa, o que exige de nós compreendermos melhor esta realidade.

Dentro do que está sendo exposto, percebemos que o papel do intérprete nessa relação, não é apenas de interpretar, mas formar a personalidade do indivíduo, tendo em vista as novidades de vida que se apresentam com o acesso a própria língua e a informação que antes lhe era limitada ou restrita. A dependência do sujeito surdo em relação ao seu intérprete é notória, e nos chama a atenção, já que neste caso, o intérprete não funciona apenas como um mecanismo de traduzir ou interpretar, mas de ensinar e revelar aquela pessoa o novo mundo, o que antes para ele(a) era totalmente desconhecido ou conhecido de forma obscura. Dessa forma o intérprete assume o papel de orientador, professor, mestre e condutor, em alguns casos até causando dependência ao sujeito surdo, tendo em vista a maioria das pessoas não saberem Libras e as informações importantes para viver em sociedade estarem escritas na língua oficial do país e/ou faladas nessa mesma língua.

Contudo, o presente artigo está baseado em uma pesquisa envolvida, que tem como finalidade, conhecer a relação do intérprete na formação do sujeito surdo em situações de comunicação. Especificamente, pretendemos: identificar a relação do intérprete na formação do sujeito surdo em situações de comunicação; discutir a importância da atuação do intérprete que possa atender às especificidades educacionais do sujeito surdo ou na formação desse sujeito. Portanto, estudar a fundo e conhecer melhor a relação intérprete de Libras/pessoa surda se faz necessário para se fortalecer as estruturas que envolvem a Língua Brasileira de Sinais e seus usuários.

2 BREVE HISTÓRICO DA LIBRAS, SURGIMENTO E ATUAÇÃO DOS INTÉRPRETES COMO PARTE DESSE PROCESSO HISTÓRICO

Não é de hoje que os povos adquiriram a capacidade de se comunicarem de forma oral-auditiva (fala) e visuoespacial (sinalização); a fala, as articulações das mãos, juntamente com as expressões faciais e corporais e a escrita, fazem parte do conjunto que denominamos de ato comunicativo. Quando começou a comunicação? Quando os seres humanos se identificaram como tal pelo uso da língua? E quais as necessidades que levaram estes a se comunicarem? Todas essas perguntas ainda são motivos de muitas controvérsias e falta de consenso entre os estudiosos dentro da discussão sobre o surgimento das línguas, e nessa perspectiva Janson (2015, p. 15) nos esclarece:

Tem-se sugerido frequentemente que os seres humanos se tornaram humanos exatamente quando a linguagem emergiu [...]. Para nós, é natural pensar que o que define os seres humanos é o fato de possuírem linguagem. Infelizmente, isso não nos diz quando eles apareceram, pois não sabemos quando se pronunciou a primeira frase. Embora muitas pessoas competentes, da Antiguidade até hoje, tenham tentado determinar quando e como isso aconteceu, os resultados têm sido pouco esclarecedores. (Janson, 2015, p. 15).

Fato é que nos comunicamos por palavras, gestos, expressões, signos, símbolos e sinais e ao que tudo indica, o mais aceito entre os pesquisadores é que a comunicação se deu pela primeira vez diante da necessidade de sobrevivência em épocas remotas onde a tecnologia e o desenvolvimento social humano ganhavam formas.

Nesse ambiente de descobertas basilares e de necessidades, é que surgem as primeiras línguas estruturalmente organizadas e é sobre esse ponto que queremos falar, sobre a “necessidade”, pois as línguas de sinais as quais concebemos e conhecemos hoje em dia, surgiram não diferentes das línguas orais antigas, também dessa necessidade de sobrevivência, não mais uma sobrevivência física, mas social e psicológica, onde o indivíduo precisa se apossar do ato comunicativo para se reconhecer como indivíduo pertencente ao meio.

2.1 BREVE HISTÓRICO

As comunidades surdas são as responsáveis pela criação das suas próprias línguas de sinais, que são línguas visuais, derivadas ou não muitas vezes, de outras línguas de sinais. Os leigos podem confundir línguas de sinais com linguagens, que segundo Castilho (2017, p. 2), esta última significa: “(...) “linguagem” é um termo genérico, pois pode referir-se a outras manifestações, além da sequenciação de sons, como em “linguagem das cores”, “linguagem dos perfumes”, “linguagem das abelhas”, e outras muitas linguagens mais.”, e os sinais com gestos, portanto nessa modalidade de língua (que não é uma linguagem), os sinais não são gestos, mas sim palavras articuladas, principalmente pelas mãos e decodificadas por meio da visão.

Segundo várias pesquisas feitas por diversos autores, a língua de sinais tem origem na França no século XVIII, onde em meados deste século, um clérigo de nome Charles Michel de l'Épée criou um método de ensino para pessoas surdas e um alfabeto manual, que deu o nome de Língua de Sinais Francesa. Este mesmo clérigo foi responsável pela criação e fundação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris, a primeira escola de surdos do mundo.

Para melhor esclarecimento, ao contrário do que muitos acreditam, não há uma língua de sinais universal, há cerca de 144 línguas de sinais no mundo e dentro dessa variedade há

ainda a *variação linguística* que está presente nas línguas orais assim como nas línguas de sinais. Países falantes da língua portuguesa, têm diferentes línguas de sinais, no Brasil se usa a Libras, em Portugal se usa a Língua Gestual Portuguesa (LGP), em Moçambique a Língua Moçambicana de Sinais (LMS), em Angola a Língua Angolana de Sinais (LAS). No Brasil, além da Libras, ainda existe a Língua de Sinais Kaapor Brasileira. Vale salientar que, em uma mesma língua de sinais, há *variações regionais* ou sotaques, como também acontece nas línguas faladas como afirma Castro (2019):

Além disso, em uma mesma língua de sinais, há variações regionais ou sotaques, como acontece nas línguas faladas. Essas variações têm relação com características culturais, geográficas, históricas ou mesmo didáticas, de acordo com os métodos adotados em cada instituição de ensino. (Castro, 2019)

Na sequência historiográfica da língua de sinais, se faz necessário para compreendermos seu processo de surgimento e desenvolvimento, falarmos de um momento muito negativo nessa trajetória, que marcou de forma impositiva todo esse processo, trata-se do dia em que a aquisição da língua de sinais é totalmente proibida aos surdos do mundo todo pelos ouvintes reunidos no Congresso de Milão (Itália), que determinou a “oralização” como regra para a educação e formação da pessoa com surdez. Esta conferência, apesar do nome “Congresso de Milão”, pois se tratava da Primeira Conferência Internacional de Educadores de Surdos, onde mais de 160 educadores e especialistas reuniram-se entre os dias 6 e 11 de setembro de 1880, para discutirem os rumos da educação das pessoas surdas, aconteceu na contramão do avanço registrado na França. Na Itália os pensamentos estavam mais alinhados ao cientista inglês Alexandre Graham Bell, o mesmo responsável pela invenção do telefone, que defendia a oralização como solução a adaptação e inserção das pessoas surdas dentro da sociedade como afirmam Silva e Silva (2019, p. 207):

No ano de 1880, em Milão na Itália, aconteceu o Congresso Internacional de Educadores de Surdos e, nesse evento, o senhor Alexander Graham Bell, que inventou o telefone buscando uma forma de ampliar os sons, defendeu que o ensino dos surdos deve ocorrer exclusivamente pelo método oral. (Silva; Silva, 2019, p.207)

Por causa desse tipo de influência e prestígio é que a real situação do cenário se formou a partir de então culminando em 100 anos marcados pelo banimento da língua de sinais dos ambientes educacionais de todo o mundo, inclusive nas Américas, já que tudo que se decidia no Velho Continente era massivamente respeitado, obedecido e copiado pelo resto do mundo.

De acordo com outros pesquisadores, ainda sobre os fatos e consequências negativas do Congresso de Milão, se faz necessário aqui elencarmos as oito resoluções deste Congresso como forma de evidenciar as perdas históricas ocorridas pela comunidade surda mundial: A articulação nessa *primeira resolução* é declarada como sendo a melhor forma de reinserção das pessoas surdas dentro da sociedade e o método oral como sendo o mais viável e eficiente na educação das pessoas surdas. Já a *segunda resolução*, afirmava que os gestos no seu uso simultâneo ao da oralidade, prejudicava a leitura labial e prejudicava ainda a articulação do surdo na hora de se expressar oralmente, afirmando dessa forma que o método puramente oral deveria ser o único a ser adotado. A *terceira resolução* ressalta a obrigação do Estado em garantir educação para as pessoas surdas tendo em vista seu grande número e, portanto, a incapacidade dessa obrigação ser atribuída às famílias e instituições. A *quarta resolução*, tendo por base o modelo de ensino puramente oral, definiu que a melhor maneira de ensinar as pessoas surdas seria através de um método intuitivo, usando a associação da fala com palavras escritas, e expondo as crianças desde cedo a livros e à gramática da língua escrita. A *quinta resolução* atribuía aos professores a responsabilidade na criação de materiais e estratégias viáveis para a oralização dos alunos surdos. A *sexta resolução* estabelecia que as pessoas surdas deveriam comunicar-se usando apenas a fala, tendo em vista os resultados das escolas que declararam que os surdos não tinham perdido sua capacidade e habilidade de fala e leitura labial, podendo aperfeiçoá-los através da prática e leituras textuais. A *sétima resolução* estabelece a idade de oito a dez anos para se começar a educar as crianças surdas, levando em consideração as necessidades especiais de ensino e estabelece ainda que a educação dessas crianças deveria durar de sete a oito anos e que cada turma de alunos deveria ter até dez alunos simultâneos aprendendo juntos. A *oitava resolução*, estabelecia uma mudança gradual no método de ensino de instituições que faziam uso da língua de sinais, fazendo com que estas eliminassem pouco a pouco o ensino por meio das línguas de sinais, implementando definitivamente o método oral.

Ainda, durante a realização desse “Congresso”, foram consultados 12 especialistas no assunto e apenas 3 se manifestaram favoráveis ao uso das línguas gestuais como a melhor forma de educar e ensinar as pessoas surdas na sociedade, foram eles: Edward Gallaudet (fundador da Gallaudet University), Thomas Gallaudet e Richard Elliot (professor inglês).

Contudo, os impactos do Congresso de Milão foram terríveis e desastrosos para a comunidade surda em todo o mundo. Estima-se que já na primeira década após o Congresso de Milão, o ensino das línguas de sinais já estava quase completamente erradicado das escolas, consequência disso é que crianças surdas em todas as partes do globo, abandonaram as escolas

com qualificações e comunicação inferiores aos dos outros alunos ouvintes e ainda decaiu muito o número de professores surdos envolvidos na educação como afirma Strobel (2009, p.36):

Após o congresso, a maioria dos países adotou rapidamente o método oral nas escolas para surdos, proibindo oficialmente a língua de sinais, decaiu muito o número de surdos envolvidos na educação de surdos. Em 1960, nos Estados Unidos, eram somente 12% os professores surdos como o resto do mundo. (Strobel, 2009, p.36)

Sobretudo, as línguas de sinais resistiram ao tempo e estudiosos aproveitaram esse tempo para estudá-las mais a fundo, analisando seus aspectos gramaticais, trazendo novos olhares sobre suas estruturas linguísticas, como por exemplo, o estadunidense William Stokoe, que na década de 60 identificou aspectos lexicais e sintáticos típicos de línguas genuínas dentro das línguas sinalizadas.

Só após 100 anos que o processo de rejeição das resoluções do Congresso de Milão e a reestruturação da educação das pessoas surdas, começa de fato a ganhar corpo e força, dessa forma, em julho de 2010, no 21º Congresso Internacional de Educação de Surdos, em Vancouver no Canadá, é que através de votação formal, todas as oito resoluções do Congresso de Milão foram rejeitadas, um ganho histórico e um marco importante para a reorganização na forma de socializar e educar as pessoas surdas.

Remetendo-nos agora a Língua de Sinais Brasileira – LSB ou simplesmente Libras, esta surgiu da Língua Francesa de Sinais (LSF), devido sua história ter início com o professor surdo Eduard Huet que era de família nobre, nascido em Paris no ano de 1822. Poliglota, aos 12 anos de idade, Huet contraiu sarampo o que lhe tirou a audição. Mesmo depois de surdo, aprendeu espanhol e começou a estudar no Instituto Nacional de Surdos de Paris. Formado em Pedagogia, assumiu o cargo de diretor do Instituto de Surdos de Bourges e por conta do seu excelente trabalho como educador, ganhou prestígio e fama o que culminou no convite do Imperador Dom Pedro II ao Conde Huet para este juntamente com sua esposa alemã, Catalina Brodeke, se mudassem para o Brasil a fim de fundarem o Imperial Instituto de Surdos Mudos (atual INES) na cidade do Rio de Janeiro, capital do Reino Unido a Portugal e Algarves no ano de 1855. Segundo Strobel (2009, p. 23), “Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a Libras (Língua Brasileira de Sinais)”.

Percebemos, até aqui, que a Libras fora criada antes do famoso Congresso de Milão que proibiu o uso das línguas de sinais no mundo e consequentemente no Brasil, mas também como já falamos anteriormente, as pesquisas nunca pararam e/ou ainda que as proibições fossem

muitas, as línguas de sinais continuaram a ser utilizadas informalmente, sobretudo em grupos fechados e nas residências.

2.2 O SURGIMENTO DA PROFISSÃO DE INTÉRPRETE

Desde a chegada de Eduard Huet, responsável por iniciar a Língua Brasileira de Sinais até os dias atuais, foram anos de muita luta para que a Libras e outras tantas línguas de sinais espalhadas pelo mundo, pudessem ser de fato novamente utilizadas na educação e livremente no convívio social dos surdos. Aqui no Brasil, um ano representativo para o início de tentativas de consideráveis mudanças na Lei que beneficiassem efetivamente o processo de desenvolvimento das línguas de sinais, foi 1993, com o projeto de Lei nº 4.066 do deputado Sarney Filho (Brasil 1993) que definiu em seus parágrafos 1º e 2º o seguinte:

Art. 1º Fica reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, para fins de atendimento externo nas repartições públicas federais, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º Os órgãos e entidades de administração pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, assegurarão aos deficientes da audição o atendimento na Língua Brasileira de Sinais. (Brasil, 2013)

Esse ano de 1993 foi marcante nesse processo, porque foi aqui que começou o reconhecimento da Libras como língua oficial brasileira. Juntamente com as línguas Americana e a Francesa de sinais, a Libras se une a estas duas primeiras formando um importantíssimo sistema de comunicação identitário das pessoas surdas e é nesse contexto atual, que a profissão de Intérprete de Libras-Português (TILSP) surge, se mostrando necessária dentro desses cenários de mudanças positivas. Hoje os intérpretes de Libras ou TILS, como também são conhecidos, se fazem necessários e importantes nos vários espaços públicos e sociais como escolas, hospitais, tribunais, eventos os mais diversos, meios de comunicação, etc., como afirmam Machado e Feltes (2015, p. 239)

Os profissionais que atuam como TILSP vêm sendo inseridos nos mais diversos contextos da sociedade. [...] É importante que os espaços sociais (públicos) sejam também contemplados na inclusão social da pessoa surda, garantindo o acesso à comunicação e à informação nesses espaços (Machado; Feltes, 2015, p. 239).

Na continuação do desenrolar histórico da Libras e conseqüentemente da profissão de intérprete de Libras, somente em 2002, essa língua foi de fato instituída pela Lei nº 10.436

como língua própria da comunidade surda brasileira: “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” (Brasil, 2002)

Outro momento importante nesse desenrolar foi a criação do decreto nº 5.626 que incluiu a Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores em nível médio e superior onde previa também o ensino da língua de sinais na educação básica e em universidades por docentes com licenciatura plena em letras (Brasil, 2005).

Como pudemos observar, a profissão de intérprete de Libras, ela se mistura e se confunde ao reconhecimento oficial dessa língua e seu avanço ao longo da história.

A década de 1980 foi importante para os intérpretes de Libras, pois foi nessa época, principalmente dentro do ambiente religioso, que começaram a se formar os primeiros profissionais da área. A princípio era um trabalho voluntário e informal, muitas das vezes envolvendo membros da própria família do sujeito surdo. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) no ano de 1988 na cidade do Rio de Janeiro, avaliou e discutiu pela primeira vez a ética dos profissionais TILS no I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais e proporcionou um intercâmbio com trocas de conhecimentos de vários TILS espalhados pelo Brasil. O segundo encontro também aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 1992 e teve a votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes, fundado mediante a aprovação do mesmo. Vários outros eventos em várias regiões e Estados brasileiros sucederam esses dois primeiros e todos foram importantes para o amadurecimento da recente profissão: I Encontro Nordeste de Intérpretes de Libras, realizado em João Pessoa, em 1998; I Seminário de Intérpretes, realizado em São Paulo, em 2001; I e II Encontro de Intérpretes do estado de Santa Catarina, realizados em Florianópolis, respectivamente, no ano de 2004 e 2005.

Sobre a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, podemos encontrar na sua página oficial na internet, de acordo com Emil (2021) a seguinte apresentação da mesma:

A FENEIS é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos com finalidade sócio-cultural, assistencial e educacional que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada a Federação Mundial dos Surdos e suas atividades foram reconhecidas como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.” (Emil, 2021)

Portanto, muito do avanço organizacional ao qual falamos anteriormente aqui, só foi possível graças à intervenção de ações promovidas pela FENEIS como em 1990, onde essa

federação criou as unidades de intérpretes e tradutores que são ligadas aos seus escritórios regionais. No ano 2000, foi criada a página dos Intérpretes de Línguas de Sinais (www.interpretels.hpg.com.br), colocando em contato todos os intérpretes do país via e-mail aberto a todos que quiserem participar para discussões e trocas de conhecimentos. Em 2002, a FENEIS passou a ter escritórios sediados também em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, permitindo assim expandir a luta dos intérpretes a nível nacional de forma descentralizada.

Finalmente em 2010 foi sancionada a lei que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras, Lei nº 12.319/10 como declara seu Artigo primeiro: “Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)”. (Brasil, 2010).

Recentemente, no ano de 2023, foi sancionada outra Lei que complementa a Lei nº 12.319/10, trata-se da Lei nº 14.704/23 que além de continuar garantindo o exercício da profissão de tradutor-intérprete de Libras ainda dá outras providências (Brasil, 2023). Esta segunda Lei de 2023, além de garantir a profissão de tradutor-intérprete de Libras ainda inclui em seu texto os guias-intérpretes para as pessoas surdocegas e também trata da formação do profissional tradutor-intérprete de Libras como um profissional que pode atuar tendo desde o nível técnico na área, até o nível superior (bacharel ou licenciado) e nível superior com bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras.

3 A FORMAÇÃO DO SUJEITO SURDO E A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS COMO FORMADOR DESSE SUJEITO

3.1 AQUISIÇÃO DA LÍNGUA

As pesquisas relacionadas à cognição humana, nos apresenta a aquisição da linguagem como algo fundamental dentro da Teoria Linguística. Estes estudos têm por objetivo, explicar como o ser humano, de forma natural, sem a intervenção de professores, escolas ou outros meios formais de ensino, sai de um estado onde, ele não possui de forma alguma nenhuma expressão verbal, e em algum momento, ainda em seus primeiros anos de vida, absorve e faz uso da língua de sua comunidade e com isso adquire expressão e interação social dela dependente. Segundo Correa (1999, p.239), “Toda criança é, em princípio, capaz de tomar a língua de sua comunidade como língua materna e de adquirir simultaneamente mais de uma língua.”, isso explicaria

porque, mesmo em contato com pais ou cuidadores ouvintes falantes das línguas orais, a criança surda seria capaz de assimilar com naturalidade a língua de sinais, quando na primeira oportunidade seja exposta a ela, pois ainda outros fatores contribuem para este feito pois, segundo Correa (1999, p.240), “A aquisição de cada língua irá requerer a identificação de seu sistema fonológico, sua morfologia, seu léxico, o que há de peculiar em sua sintaxe e no modo como relações semânticas se estabelecem.”

Não cabe aqui nos aprofundarmos nas explicações sobre como os diferentes indivíduos, nas suas variabilidades linguísticas e nas outras diversas variáveis na aquisição da linguagem, se identifica com determinado idioma, esse processo de aprofundamento cabe a uma teoria da aquisição da linguagem e essa não é nossa proposta aqui. O que aqui nos importa mais é sabermos que a L1, ou a primeira língua aprendida, ela é importante na vida de qualquer sujeito seja ele ouvinte ou surdo, e no caso das pessoas surdas, a língua de sinais, no Brasil, a Libras, ela proporciona a este sujeito o desenvolvimento linguístico, cognitivo, psicológico e social, tornando-o indivíduo constituído integralmente, pois, como afirmam (Quadros e Lillo-Martin, 2007) citados por Granemann (2017, p.270): “O uso da língua de sinais possibilita capacidade de expressão dos pensamentos, de ideias e sentimentos de forma clara tanto quanto a aprendizagem de uma língua na modalidade oral [...]”.

Contudo, a fluência na Libras é um elemento primordial para melhor ensinar ou capacitar o indivíduo surdo dentro desse aspecto de visão de mundo. A criança precisa aprender desde cedo, de forma fluente, sua própria língua, para que a assimilação das informações ao seu redor não tenha falhas e seu cognitivo não seja prejudicado, como afirma Granemann (2017, p. 270), “[...] não basta conhecer alguns sinais isolados, mas, faz-se necessário conhecer a estrutura gramatical, estabelecer relações dialógicas e vivenciar seus aspectos culturais.”

Infelizmente, os surdos no Brasil, por pertencerem a famílias que se utilizam predominantemente da língua oral como forma de comunicação e ainda o contato com seus pares serem com outros surdos, que também não utilizam a Libras, por terem sido criados por pessoas oralizadas e não terem conhecimento ou domínio da Libras é que as construções dialógicas são prejudicadas ou inexistem. Portanto, outro fato negativo para os surdos no Brasil, levando em consideração a não utilização da Libras por parte dos familiares ouvintes dos surdos, é que estes deixam de receber informações importantes, de emitirem seus pensamentos, comentar suas ideias, de terem acesso aos repertórios de histórias infantis, de serem ativos na comunidade em que vivem. (Goldfeld, 2002) citado por Granemann (2017, p.271) ressalta a importância de a criança surda aprender a Libras logo na primeira infância:

Aquilo que a criança ouvinte pode aprender informalmente, ouvindo os pais conversando, assistindo a televisão ou por intermédio de outros informantes, a criança surda deve aprender pelo diálogo direto ou observando outras pessoas conversando em Libras. (Goldfeld, 2002, p. 166).

Consequentemente, a aquisição tardia da linguagem para as pessoas surdas, traz como consequências, além das já acima citadas, implicações significativas, provocando um déficit irreparável no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes surdos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois, seria de extrema necessidade, estes iniciarem o processo educacional possuindo uma língua base, e sendo fluentes em sua primeira língua. Sendo assim, o ensino da Libras é primordial e determinante, como afirma Granemann (2017, p.271), “[...] uma vez que propicia as relações sociais, constituição da identidade e a aprendizagem dos conteúdos curriculares ministrados pelos professores.”

Na contramão do que é ideal, constatamos que o primeiro contato de boa parte das pessoas surdas com a língua espaço-visual se deu após a primeira infância, o que as prejudicou e muito na aquisição da linguagem, que deve ser feita logo nos primeiros anos de vida, onde ali se dá a formação sensório-motora e cognitiva. Portanto o convívio cotidiano com uma cultura ouvinte, dentro de um sistema criado e mantido para atender as pessoas que não tem deficiência, gera como consequência a falta de fluência na Libras.

Para melhor compreensão desse processo, precisamos entender que a aquisição da linguagem em crianças surdas é semelhante ao processo de aquisição das línguas faladas, ambos se submetem aos mesmos estágios e princípios, o que os diferencia é o tempo em que muitas vezes essas crianças aprendem sua língua natural, dessa forma o *estabelecimento nominal*, o *sistema pronominal* e a *concordância verbal* são fundamentais para o estabelecimento de relação no espaço. Podemos classificar os estágios em basicamente quatro etapas: *Período pré-linguístico*³, *estágio de um sinal*, *estágio das primeiras combinações* e *estágios das múltiplas combinações*.

Tendo em vista, as quatro etapas acima mencionadas, e deixando claro que aqui não iremos nos aprofundar da discussão das mesmas, mas apenas como exemplo e para entendermos melhor o processo em comum entre surdos e ouvintes na aquisição da linguagem, traremos uma breve explicação sobre a primeira etapa – período pré-linguístico – onde nesse período, os bebês ouvintes e o bebês surdos têm em comum o balbucio, sendo que nos bebês surdos estes se apresentam de duas formas manuais: o balbucio silábico e a gesticulação. As crianças surdas balbuciam oralmente até um determinado período. As vocalizações são interrompidas nos bebês

³ Fonte: <https://www.academiadoaprender.com.br/blog/a-aquisicao-da-linguagem-em-criancas-surdas/>

surdos como as produções manuais são interrompidas nos bebês ouvintes, dessa forma, sustentando que todo ser humano nasce com a capacidade linguística de desenvolver a língua oral-auditiva ou a espaço-visual.

Para conclusão deste subitem, reafirmamos o seguinte, que a aprendizagem da língua de sinais deverá efetivar-se nos primeiros anos de vida, pois assim a língua poderá trazer benefícios tanto para os próprios surdos quanto para a dinâmica familiar e escolar e ainda é importante ressaltar que a aprendizagem da língua deve estar relacionada efetivamente com as condições linguísticas favoráveis ao seu uso com usuários fluentes.

3.2 A FORMAÇÃO DO SUJEITO SURDO

No entendimento sobre a formação do sujeito surdo é fundamental nos remetermos às suas lutas e dificuldades históricas, dessa forma adentrando a realidade da vida dos surdos nos interiores, constatamos que há falta de pesquisas que analisem a carência da língua de sinais nacional, no caso do Brasil, a Libras, nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, como comunidades rurais, comunidades isoladas ou pequenas cidades. O que se observa nas cidades interioranas e longínquas do Brasil em relação às pessoas surdas é que a maioria não domina Libras, se comunicam por gestos e tentativas de oralização; as pequenas cidades não dispõem de centros especializados para atender as pessoas surdas, ficando essas dependentes dos grandes centros para se ter um atendimento médico e educacional especializado. Se nos grandes centros os surdos já sofrem com rejeição da família e preconceitos da sociedade, nas cidades interioranas isso, em alguns casos, se intensifica, pela ausência de informações, atendimentos e maiores orientações. Essas pessoas, na maioria das vezes, servem às famílias apenas como provedoras de renda do governo federal, através do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Quando se prestam ao trabalho, os surdos do interior ficam encarregados de trabalhos pesados ou braçais, devido à sua dificuldade de comunicação e seu pouco estudo.

Diante dessa realidade e levando em consideração todo o contexto histórico dos indivíduos surdos, verifica-se que o surdo encontrou diversas barreiras para ter acesso à educação e tudo começa quando este sofre preconceito e exclusão e principalmente quando as suas famílias os obrigam ao oralismo, a fim de curá-los como afirma Tristão (2018, p.18), “Embora existisse o interesse médico pela língua, destaca-se que a família, tradicionalmente, submeteu o filho surdo a procedimentos clínicos com o objetivo de forçar a oralização, buscando uma suposta “curar” para a surdez.”. Esses procedimentos otorrinolaringológicos e fonoaudiológicos, como o uso de aparelhos auditivos, impõem aos surdos a cultura oralista, na

maioria das vezes, rejeitada pelos próprios surdos. Diante dessa realidade o que constatamos é que a educação ficou em segundo plano e as línguas de sinais desprezadas pela sociedade ouvintista, mas mesmo havendo essa imposição da cultura ouvintista contra a vontade da minoria surda, a *cultura surda* ^{resistiu} até hoje. Sobre esse termo cultura surda Strobel (2016, p.29) afirma:

[...] o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (Strobel, 2016, p. 29).

Em resumo, o sujeito surdo é submetido a cultura oralista pelos familiares ouvintes. Apesar de ter existido nos últimos cinco anos um aumento de cerca de 10% na criação de escolas bilíngues no país, que hoje somam 1,2 mil escolas desse tipo, segundo a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (ABEBI), ainda assim não são suficientes, o que dificulta e compromete o acesso desses sujeitos a educação; as trocas de experiências são afetadas pelo isolamento devido às barreiras comunicacionais que dificultam a interação e a troca de experiências entre os surdos e surdos e entre ouvintes e surdos; a aquisição tardia da Libras coloca o sujeito surdo em desvantagem resultando em um contato tardio desse com a sua própria cultura, muitos desses só tendo acesso a Libras em idade já avançada.

3.3 O PAPEL DO INTÉRPRETE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO SURDO

Qual é o papel do intérprete de Libras? Seu objetivo seria apenas interpretar? Ou o ato de interpretar, involuntariamente, afeta na formação do surdo como indivíduo? Afinal, qual o papel do intérprete de Libras na formação e construção da pessoa surda? Para começarmos a procurar respostas para essas perguntas, se faz necessário entendermos o que as Leis brasileiras regem sobre a profissão e quais os efeitos na prática do ato de traduzir/interpretar para pessoas surdas. Afinal, o que é o intérprete de língua de sinais? Numa tentativa técnica e resumida do que seria essa profissão, o intérprete seria o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada no país ao qual está inserido ele e a pessoa para quem ele interpreta. No caso do Brasil, o intérprete deve dominar a Libras e a língua portuguesa; é preciso também que haja qualificação específica para ser intérprete, o que significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação.

O intérprete precisa observar e obedecer na conduta de sua função aos seguintes preceitos éticos: *a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito)*. Ele é quem deve apresentar conhecimentos linguísticos e culturais de ambas as línguas envolvidas no processo tradutório/interpretativo e é o intermediador do ato comunicativo entre surdo e ouvinte, as vezes traduzindo e interpretando do Português para a Libras e vice-versa.

Outro aspecto importante deve ser considerado, que traduzir e interpretar tem funções às vezes distintas, pois, enquanto a tradução estaria ligada à tarefa de versar de uma língua para outra, trabalhando com textos escritos, a interpretação estaria ligada à mesma tarefa, voltada para as relações interpessoais. Traduzir seria converter um texto escrito (língua de partida), para outra língua (língua de chegada), e interpretar significa a conversão de um discurso oral, como afirma Pagura (2015, pg. 183):

[...] chamamos de tradução a conversão de um texto escrito em uma língua, denominada língua de partida, para uma outra, designada língua de chegada; consideramos interpretação a conversão de um discurso oral, de uma língua de partida para uma língua de chegada. Em resumo, a tradução é escrita e a interpretação, oral. (Pagura, 2015, pg. 183)

É importante citarmos isso porque a busca investigativa deste artigo propõe exatamente entender se há uma influência, ainda que involuntária, do intérprete na formação e construção da pessoa surda.

Em relação a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de intérprete de Libras, quero aqui destacar o Artigo 2º desta referida Lei, apenas para ressaltar o intuito desta pesquisa, que não versa sobre o trabalho do intérprete nas diferentes áreas como subdividem alguns pesquisadores (intérprete da área da educação, intérprete da área jurídica, intérprete da área da saúde, etc.), mas o nosso foco aqui é o que preconiza essa Lei no artigo segundo, que apenas trata o tradutor e intérprete como instrumento(s) de competência interpretativa e tradutória tão somente, sem dividi-lo(s) por área. “Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua

Portuguesa.” (Brasil, 2010). Só para ficar mais claro a diferença entre interpretação simultânea e consecutiva, é que na primeira, o intérprete geralmente fica isolado dos receptores e transmite as mensagens aos ouvintes de forma instantânea por meio de aparelhos sonoros; e na segunda, o intérprete apenas traduz o conteúdo ao público após o término de alguns períodos ou frases e não necessita de equipamentos.

Portanto, o papel do intérprete na formação do sujeito surdo se mostra fundamental e importante, pois este é o responsável direto em trazer até o indivíduo surdo a informação com responsabilidade, profissionalismo, ética, respeito e acima de tudo empatia. O intérprete se mostra como o principal canal do sujeito surdo ao conhecimento e ao mundo a sua volta.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois procura encontrar os fenômenos complexos que definem, se de alguma forma, o intérprete de Libras contribui ou não na formação e construção da pessoa surda. Esta mesma pesquisa tem, quanto aos seus objetivos, o caráter exploratório, pois como afirmam Fontelles, Simões, Farias e Fontelles (2009, p. 6): “Este tipo de pesquisa visa a uma primeira aproximação do pesquisador com o tema, para torná-lo mais familiarizado com os fatos e fenômenos relacionados ao problema a ser estudado.” Para coletarmos os dados desta pesquisa, recorreremos a entrevistas feitas a seis intérpretes que atuam nos níveis básico e superiores de ensino e também um intérprete de uma Câmara Municipal de Vereadores, das respectivas cidades e Estados em ordem alfabética: Assu/RN, Campina Grande/PB, Caraúbas/RN e Mossoró/RN, e seis pessoas surdas, alunos e ex-alunos de algumas instituições de ensino médio e superiores espalhadas por várias cidades e Estados diferentes do Brasil como descritos a seguir em ordem alfabética: Apodi/RN, Campo Grande/RN, Caraúbas/RN, Carvalhos/MG, Mossoró/RN, Pau dos Ferros/RN e Quixeramobim/CE. A pesquisa foi elaborada de forma escrita e também em vídeo e efetuada por meio de WhatsApp e videochamadas. Foram elaborados no word e impressos, dois questionários diferentes, o primeiro direcionado e entregue aos intérpretes, continha 13 perguntas pertinentes ao tema pesquisado e o segundo questionário, direcionado aos surdos, que continha 5 perguntas também pertinentes ao tema da pesquisa, este segundo questionário foi traduzido e interpretado para a língua de sinais (Libras) e gravado em vídeo.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Antes de definirmos aqui o papel do intérprete na formação do sujeito surdo, vale salientar que a função de intérprete de Libras é separada por áreas ou segmentos de atuação de acordo com a proposta de alguns pesquisadores como por exemplo: com foco apenas na educação, com o que eles chamam de intérpretes educacionais, na área da saúde, na área da justiça e demais áreas sociais; não nos deteremos a analisar apenas uma área da interpretação, nem muito menos todas elas, apesar de que a pesquisa se debruçou em intérpretes da área da educação, mas preconizamos o que define a Lei nº 12.319/10 que rege de forma geral a profissão de TILPS e que não faz essa distinção como os estudiosos da área, mas apenas define que a função dos intérpretes é a tradução ou interpretação independente de em qual ambiente estes estejam atuando.

Portanto, levando em consideração a profissão de intérprete como aquele que auxilia o indivíduo surdo na comunicação com o mundo externo é que analisaremos agora as entrevistas feitas a alguns profissionais da área e também a alguns alunos e ex-alunos surdos do ensino médio e da universidade. Foram entrevistados seis (6) profissionais intérpretes e seis (6) surdos. Dos seis (6) profissionais, três (3) são do sexo feminino e três (3) do sexo masculino, sendo destes, quatro (4) intérpretes em universidade, um (1) na Câmara Municipal de Vereadores e um (1) em escola de ensino fundamental; dos alunos e ex-alunos, cinco (5) são do sexo masculino e apenas um (1) do sexo feminino, alunos da universidade cinco (5), sendo desses um (1) ex-aluno e apenas um (1) aluno do ensino médio. As residências dos entrevistados foram as mais diversas espalhadas pelo Brasil nas seguintes cidades por ordem alfabética: Apodi/RN, Assu/RN, Campina Grande/PB, Campo Grande/RN, Caraúbas/RN, Carvalhos/MG, Mossoró/RN, Pau dos Ferros/RN e Quixeramobim/CE. Identificamos quando necessário os entrevistados por nomes fictícios. Os seis (6) intérpretes receberão os respectivos nomes: 1- Alex, 2- Bruno, 3- Celso, 4- Daniela, 5- Elena, 6- Fernanda; os seis (6) alunos respectivamente se chamarão: 1- Gabriela, 2- Heitor, 3- Isaías, 4- João, 5- Kleber e 6- Luiz.

Foram elaboradas e aplicadas aos TILS entrevistados, 13 perguntas desde nome, idade, campo atual de trabalho, a quantos anos trabalha como intérprete, quais áreas de formação, se tem curso de interpretação e a partir da sétima é que iremos aqui nos debruçar à análise: “Você concorda que o intérprete de Libras têm influência e contribuição na formação dos sujeito/pessoa surda?”, diante dessa pergunta, dos 6 (seis) intérpretes entrevistados, 5 (cinco) responderam que “SIM” e apenas 1 (um) respondeu que “NÃO”. Diante desse resultado precisamos analisar o seguinte, e essas deduções não se alcançam pelo questionário aplicado

em si, mas diante de alguns outros estudos que afirmam que alguns intérpretes que não concordam que o TILPS contribuem para a formação e construção da pessoa surda, agem assim por serem adeptos da “neutralidade” na interpretação, o que é muito questionável, tendo em vista o objeto de trabalho do intérprete ser um “humano” o que significa ser contrário de máquina, de algo programável e imutável e não serem pessoas, que estão a todo tempo sendo transformadas pela informação e pelos canais que transmitem a informação ou recebem ela. Como apresenta Leite (2004, p.51):

Mas, como pode o intérprete regular sua neutralidade no momento em que interpreta? Como pode, sendo humano, tornar sua participação isenta de interferências pessoais? Questões como essas e outras não são novas para a interpretação de uma forma geral, mas ainda continuam a influenciar o pensamento e a prática das pessoas que, também, atuam na área da interpretação em língua de sinais, é o que estudiosos têm constatado. (Leite 2004, p.51)

Já para os surdos entrevistados, foram feitas 5 (cinco) perguntas onde da 2ª (segunda) até a 3ª (terceira) perguntas estavam implícitas o seguinte questionamento: “O intérprete contribui no seu aprendizado e na sua formação, dentro e fora da escola? e ainda, o intérprete da janela de Libras nos canais de comunicação também contribuem para o aprendizado? E todos responderam e concordaram que sim, que estes contribuem de maneira relevante tanto no simples ato comunicativo, como na fuga da neutralidade em alguns momentos de interação pessoal com os surdos, lembrando que dentro do ofício formal de tradução e interpretação. Para constar aqui citaremos a resposta da entrevistada surda, a única mulher dentre os surdos pesquisados, que atende pelo nome fictício de Gabriela, que afirma o seguinte diante da pergunta de número 2 (dois): “Na sua vida escolar, do fundamental ao ensino médio, o intérprete de Libras interferiu no seu aprendizado?”:

Gabriela: Depois de muito tempo, chegou intérprete e as coisas começaram a ficar mais claras e eu comecei a entender melhor como se respondiam as provas e as outras atividades que os professores me entregavam para eu fazer, e eu aprendi muito e consegui evoluir.

Nos detendo, agora, ao questionamento que foi feito a ambos sobre o intérprete da janela de Libras e se este também contribui na aquisição do conhecimento por parte do surdo, todos foram unânimes e concordaram que sim, argumentando de forma geral que a janela facilita o acesso a informação tão importante na formação da pessoa surda e que é um direito dos indivíduos surdos, que insere o surdo no meio social e ainda que ajuda o surdo na tomada de decisões. Destacamos aqui a resposta da intérprete Daniela que afirmou:

Daniela: A janela de Libras é fundamental para os sujeitos surdos, além de ser assegurada pela LBI, ela possibilita que os surdos recebam todas as informações na sua língua materna, ou seja, a Libras. Creio que seja importante principalmente nas atividades culturais, os surdos também devem conhecer nossa cultura, a cultura ouvinte, infelizmente ainda temos poucos canais acessíveis e isso não deveria tá acontecendo depois de tantos anos de negação da língua de sinais. Seguimos na luta para que um dia possamos ter um mundo mais inclusivo e acessível.

Outro questionamento importante aos intérpretes foi: “Na sua experiência como intérprete, você acha que sua mediação tem auxiliado na melhoria das relações sociais entre surdos e ouvintes?” e apenas 1 (um) respondeu que não. Analisando os que foram favoráveis a essa pergunta, observamos que todos relataram a importância da presença do intérprete na vida do surdo e as transformações que essa presença faz socialmente, e uma das entrevistadas, Daniela foi mais longe ainda: “ela afirmou que o simples fato da presença do surdo em ambientes ainda que sem a existência de surdos, mesmo que um ambiente educacional, quebrava muitos preconceitos e tabus”.

Continuando nesse aspecto da presença do TILS em ambientes, dessa vez fora da escola, foi perguntado aos surdos se estes contribuem para os seus aprendizados mesmo sendo em ambientes extra escolares, e nos chama atenção a resposta de Heitor:

Heitor: Toda quarta-feira tem reunião a noite com os surdos da Associação, é uma Associação própria para os surdos, onde tem um presidente também surdo. Na verdade, as reuniões acontecem uma quarta sim e outra não, alternando as semanas e essas reuniões são para falar sobre assuntos de interesse da Associação, também ouvir palestras, participar de jogos e brincadeiras, dinâmicas e interagir com os amigos surdos e ouvintes; tem festas juninas também e natal, e os surdos se ajudam mutuamente. Também temos passeatas onde a associação distribui camisetas de graça, comida e a Associação paga salário para os trabalhadores que prestam serviços lá e tudo isso é feito com a presença e ajuda dos intérpretes.

Analisando a pergunta: “Em sua mediação ou estratégia pedagógica na sala de aula, qual o papel do intérprete de Libras na construção relacional entre aluno surdo e o espaço escolar?”, segundo os entrevistados, esse papel é fundamental, pois o responsável por inserir o surdo nesse ambiente é o TILPS, tanto fazendo a mediação entre os surdos e os ouvintes (professores ou alunos), como também repassando todas as informações que estão sendo ministradas naquele espaço ao surdo. Também porque o intérprete muitas vezes é o único meio de acessibilidade entre o surdo e comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa pesquisa e com os resultados obtidos, pudemos conhecer a relação intérprete de Libras na formação do sujeito surdo. concluímos que o trabalho do intérprete de Libras é fundamental na vida de surdos e ouvintes também, pois se não houvesse intérprete o ouvinte que não sabe Libras estaria sem total ou parcial acesso ao ato comunicativo. Que o intérprete é sim um personagem indispensável na formação e construção da pessoa surda, muitas vezes, sendo o único meio de acesso a inclusão encontrado pelo surdo.

Vimos ainda que se tratando de neutralidade no ato interpretativo, isso é quase impossível, tendo em vista, o trato com a pessoa humana e não com máquinas. Que os indivíduos são dotados de personalidade e isso precisa ser compreendido como algo natural e moderado, não sendo proibido dentro da função de interpretar.

Este artigo contribuiu de forma importante no campo da pesquisa científica pois investigou uma das profissões mais atuais dos nossos tempos e contribuiu para que as pessoas tenham acesso ao conhecimento da necessidade dessa profissão em todos os segmentos da sociedade, principalmente porque ela muitas vezes proporciona o único canal entre o indivíduo surdo e o meio social.

Muita coisa, ainda, precisa ser feita para melhorar a inserção do indivíduo surdo ao meio social, como contratação de mais intérpretes e criação de escolas bilíngues e ainda a expansão do ensino da Libras para fora dos redutos das pessoas surdas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Projeto de Lei Federal nº 4.063/1993 - Dispõe sobre a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1138561&filename=Dossie-PL%204066/1993 . Acesso em: 18 mar. 2024.

_____. **Lei Federal nº 10.436/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm . Acesso em: 18 mar. 2024.

_____. **Decreto Federal nº 5.626/2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 18 mar. 2024.

_____. **Lei Federal 12.319/2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12319-1-setembro-2010-608253-publicacaooriginal-129309-pl.html> . Acesso em 18 mar. 2024.

_____. **Lei Federal 14.704/2023 - Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm . Acesso em 18 mar. 2024.

CASTILHO, Ataliba T. de. **O que se entende por língua e linguagem?** Museu da Língua Portuguesa, Estação da Luz. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/O-que-se-entende-por-li%C3%81ngua-e-linguagem.pdf> . Acesso em: 13 mar. 2024.

CASTRO, Tamara. **Línguas de sinais e educação inclusiva.** 2019. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/linguas-de-sinais-e-educacao-inclusiva> . Acesso em: 13 mar. 2024

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto: Porto Editora, 1999.

EMIL, Rafael. **O que é FENEIS?.** 2021. Disponível em: <https://feneis.org.br/o-que-e/> . Acesso em: 18 mar. 2024.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. **Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes Para a Elaboração de Um Protocolo de Pesquisa.** 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf . Acesso em: 19 mar. 2024.

GRANEMANN, Jussara Linhares. **Língua Brasileira de Sinais – Libras como L1 Para Estudantes Surdos Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/agnal/Downloads/5894-Texto%20do%20artigo-23369-1-10-20170803.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2024.

JANSON, Tore. **A história das línguas: uma introdução** / Tore Jans on; tradução Marcos Bagno. - 1. ed. - São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 352 p.; 23 cm (Linguagem; 63)

LEITE, EMC. **Fundamentação Teórica**. In: LEITE, EMC. **Os Papéis do Intérprete de Libras na Sala de Aula Inclusiva**. Arara Azul. Coleção Cultural e Diversidade, 2004. Cap. 4, p. 44-93.

MACHADO, F. M A; FELTES, H. P, M. **A interpretação simultânea no contexto político**. Cadernos de Tradução, v. 35, n. 2, p. 78-112, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/agnal/Downloads/A_interpretacao_simultanea_no_contexto_politico.pdf
Acesso em: 18 mar. 2024

PAGURA, RJ. Tradução & interpretação. In: AMORIM, LM., RODRIGUES, CC., and STUPIELLO, ÉNA., orgs. **Tradução & perspectivas teóricas e práticas** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 183-207. ISBN 978-85-68334-61-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SILVA, Rosy. Mikaely Gomes., SILVA, Denyse. Mota. **Língua e linguagem: as suas multifaces para o ensino, a língua brasileira de sinais (libras): direitos e desafios na educação dos surdos e na formação de professores**. P. 203, 2019.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

_____, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis, 2009.

TRISTÃO, Tatielle Esteves de Araújo; SANTANA, Alex Tristão de; PAIVA, Gláucia Xavier dos Santos. **A Formação do Sujeito Surdo: A Importância do CAS em Goiás**. Goiás: Roca., v. 14, n. 2, 2018. Trimestral. Disponível em: <file:///C:/Users/agnal/Downloads/Dialnet-AFormacaoDoSujeitoSurdo-6759648.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2024.